

A festa como um Bem de Referência do Patrimônio Cultural Imaterial: O caso da folia do Zé Pereira no Ribeirão da Ilha.

Mariela Felisbino da Silveira*

Resumo:

Esta pesquisa foi apresentada na forma de Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, cujo objetivo era elaborar uma etnografia sobre a festa do Zé Pereira, uma celebração pré-carnavalesca que acontece na Freguesia do bairro Ribeirão da Ilha ao Sul do município de Florianópolis / SC. Através da análise dos dados levantados em campo e do diálogo com a teoria, observamos tanto as mudanças ocorridas ao longo do tempo na festa como a sua continuidade, concebendo-a, assim, como um Bem de Referência para essa comunidade. No desenvolvimento do trabalho, procuramos mostrar como o Zé Pereira é compartilhado pelos envolvidos com sua realização e/ou organização que vivenciam o sentimento de pertencimento em relação ao festejo. A temática se mostrou relevante para os envolvidos com o festejo, que ainda não haviam sido privilegiados em uma pesquisa com este enfoque.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural, Bem de Referência, Carnaval, Festa, Zé Pereira.

1. A questão do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil:

A discussão acerca do Patrimônio Cultural acentuou-se a partir do processo de globalização, iniciado nas últimas décadas do século XX, isto acarretou mudanças radicais na economia, na política, na sociedade e na cultura. Um dos reflexos dessas mudanças é a transformação sobre o

* Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina.

conceito e a visibilidade do Patrimônio Cultural, e um grande número de “espaços e instâncias institucionais destinadas ao seu tratamento” (CASTELLS, 2007, p. 1).

Mundialmente é reconhecida a importância de se promover a memória das manifestações culturais da humanidade materializadas por meio de monumentos, sítios históricos e paisagens culturais, ou seja, aspectos físicos que constroem a identidade de um povo. Porém, há aspectos que só são transmitidos por gestos ou pela oralidade e que não deixam marcos geográficos ou materiais. Tais aspectos são recriados e modificados coletivamente ao longo dos tempos. São essas manifestações intangíveis que se compreende como Patrimônio Cultural Imaterial, cuja nomenclatura foi adotada pela UNESCO no ano de 2003, em substituição da categoria “cultura tradicional e popular” que vigorava desde 1989. Cabe ressaltar que a divisão entre Patrimônio Cultural Material e Imaterial é meramente didática, uma vez que uma instância dá suporte à outra. (CASTELLS, 2007, p. 66).

No Brasil, o reconhecimento desse tipo de patrimônio afirmou-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988¹. No seu artigo 216 conceitua como Patrimônio Cultural brasileiro “os bens de natureza materiais e imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O reconhecimento constitucional da categoria propiciou grandes mudanças em relação à visão do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil, entretanto, não houve mudanças imediatas. Somente em 1997 foi instituído pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial – GTPI – cujo objetivo era a elaboração das diretrizes a serem adotadas pelo Instituto para lidar com a questão do Patrimônio Imaterial. A resultante do grupo repercutiu em ações importantes, como o Decreto nº 3.551/2000.

Agosto de 2000 marcou as políticas de preservação do Patrimônio Imaterial no Brasil com a aprovação do Decreto nº 3.551², que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro. Com esse documento legal, conforme descrito em seu artigo 8º, “fica instituído o ‘Programa Nacional do Patrimônio Imaterial’ no âmbito do Ministério da Cultura, visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio”.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial adotou como metodologia oficial o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC – e, para orientar seu uso, o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais.

Neste Manual são apresentadas as categorias de bens culturais nas quais se baseou a pesquisa de campo deste trabalho: Celebrações, Formas de expressão, Ofícios e Modos de Fazer, Edificações e Lugares.

O objeto de estudo desta pesquisa: “A festa do Zé Pereira”, foi apontada pelos moradores locais, durante a realização a pesquisa do Levantamento Preliminar para o Inventário “Freguesias Luso-Brasileiras na Grande Florianópolis”, como um possível Bem de Referência haja vista sua história junto à comunidade ribeironense.

O Ribeirão da Ilha e seus moradores são freqüentemente abordados em trabalhos acadêmicos, por essa razão buscamos um viés ainda não contemplado para desenvolver a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso. A festa do Zé Pereira, segundo informações dos membros da Banda da Lapa, ainda não havia sido privilegiada no contexto destas pesquisas.

2. A Festa como Patrimônio - O caso do Zé Pereira no Ribeirão da Ilha:

A folia do Zé Pereira é uma celebração pré-carnavalesca que acontece há pelo menos cem anos na Freguesia do bairro Ribeirão da Ilha ao sul da cidade de Florianópolis.



Fonte: Mariela Silveira / 2009.

Figuras 1 e 2 – No dia do Zé Pereira a pacata e histórica Freguesia do Ribeirão da Ilha torna-se um lugar movimentado, com muitos jovens e diversão.

Entre 1895 e 1930 o carnaval no Ribeirão da Ilha era festejado regularmente e obedecia a uma programação considerada tradicional: Zé Pereira, banho à fantasia ou joga n'água, entrudo³, desfile de carros de alegoria e mutação, apresentação de blocos e bailes em clubes. Dessa programação carnavalesca ainda hoje festeja-se o Zé Pereira e realiza-se os bailes em clubes como o Canto do Rio. (PEREIRA, 1991).

O Zé Pereira “*é uma festa de tradição*” (Morador do Ribeirão, 63 anos, 2007). Era o prenúncio do carnaval, acontecia todo o ano e mobilizava grande parte da comunidade, que se organizava em blocos à fantasia para esperar o Zé Pereira passar para seguir a folia:

A banda vinha tocar e nós esperava ali na esquina, de lanterna forrada de papel celofane e com vara de bambu, então a gente se interessava, naquele tempo não tinha luz e a lanterna clareava tudo, a banda vinha até aqui, a gente saía de surpresa sem eles saber, tipo de uma esquina dessas assim, numa turma e assim continuou muito tempo eu já tava até casada, mais a gente procurava sempre aquela turma pra fazer [...] A gente fez muitos anos isso, a banda ia tocando e nós ia na frente da banda. (Moradora do Ribeirão, 78 anos, 2010).

Animadas por integrantes da banda Nossa Senhora da Lapa – que em tempos de carnaval, juntam-se para formar a Banda do Zé Pereira –, as pessoas vão pela rua cantando e dançando atrás do cortejo carnavalesco. Pode-se dizer que o Zé Pereira era também um momento de preparação da banda para o carnaval, como um ensaio, pois ela geralmente saía para tocar em clubes de outras localidades, como Saco dos Limões e Costeira do Pirajubaé.

A festa acontecia todos os finais de semana, durante os dois meses anteriores ao carnaval. Nas casas, os moradores colocavam em suas janelas, lampiões ou lanternas confeccionadas com velas e papéis celofanes coloridos, depois às pessoas iam pelas ruas usando as lanternas de celofane para continuar iluminando a folia, pois a banda precisava enxergar as partituras, “*era uma brincadeira gostosa pela rua*”. (Morador do Ribeirão, 81 anos, 2007).



Fonte: cedidas do arquivo pessoal de uma das entrevistadas / 2002.

Figuras 3 e 4: Bloco das “Chapeuzinhos Vermelhos”, organizado por jovens moradoras, pronto para a folia.

Por meio da análise das entrevistas e de outros materiais decorrentes da pesquisa (Fotos, pequenos vídeos, diários de campo e revisões bibliográficas), foi possível inferir que o Zé Pereira era uma festa que envolvia toda a comunidade do lugar, que se organizava em blocos e confeccionava fantasias para participar. Hoje, vê-se que, a antiga forma de festejar está viva na memória dos moradores da Freguesia. A festa ainda existe - ela acontece sempre no último domingo antes do início do carnaval - e os moradores ainda participam dela, mas tomou grandes proporções, o que refletiu diretamente na sua dinâmica. Sua relevância para a comunidade local é evidente, tanto que, no ano de 2007 a celebração do Zé Pereira foi apontada como uma “Forma de Expressão” pelo levantamento preliminar para o Inventário “Freguesias Luso-Brasileiras na Grande Florianópolis” 4, no qual participei na qualidade de auxiliar de pesquisa .

Mas o que significa dizer que uma manifestação foi identificada como um bem cultural? Para Gonçalves (2005), as formas culturais não são entidades objetificadas esperando para serem descritas e analisadas. Para explicar tal afirmação o autor utiliza o conceito de cultura autêntica de Sapir, que diz:

A cultura autêntica não é necessariamente alta ou baixa; é apenas inerentemente harmoniosa, equilibrada e auto-satisfatória [...] A cultura quando é autêntica é vivida pelos indivíduos como uma experiência de criação, de transformação, onde o indivíduo é pensado como um núcleo de valores culturais vivos. (SAPIR *apud* GOLÇALVES, 2005, p.30).

Assim, “cultura autêntica” é justamente o que nos escapa de qualquer tipo de definição, identificação e catalogação que tente enquadrar o “Bem” de forma precisa e objetificadora. É o que

costuma ocorrer “nos discursos de Patrimônio Cultural em seu sentido moderno, especialmente quando articulados por agências do Estado” (GONÇALVES, 2005, p.31).

Para o autor, um “Bem” para ser classificado como Patrimônio precisa encontrar ressonância entre aqueles que compartilhem de seus valores, isto é, que seja reconhecido e seja praticado como tal. No caso da festa Zé Pereira no Ribeirão da Ilha, por meio dos depoimentos dos moradores da região, pode-se perceber que existe essa ressonância necessária ao “Bem Cultural”, uma vez que ele parece estar difundido. É reconhecido e compartilhado entre os entrevistados:

Era desde o tempo que eu era pequeno o Zé Pereira sempre existiu [...] Era todo sábado quando entrava o mês de janeiro tinha o Zé Pereira, sábado e domingo, carnaval de rua, o pessoal começou a canta nas calçadas. Depois o grupo foi aumentando, aumentando. [...] Em cada lugar que a gente passava tinha um bloco esperando pra acompanhar, a vizinhança se combinava tudo e ficavam esperando, se vestiam tapado com lençol, e mais não sei o que [...] Todo mundo se vestia, era uma festa né. (Morador do Ribeirão, 82 anos, 2010).

No caso do Zé Pereira podemos encontrar essa ressonância, não só entre os foliões, mas também entre os membros da Banda da Lapa. Ao utilizar a folia como preparativo para o carnaval desde o início do século XX, contribuiu para sua permanência ao longo dos anos sendo a responsável pela sua continuidade na atualidade.

Para Velho (2006), pensar em Bens de Referência Cultural significa estar atento ao processo de “negociação da realidade” entre os atores que compõem o campo em questão. Tomando alguns exemplos – como o tombamento do terreiro de candomblé, Casa Branca em Salvador e o caso da transformação espacial de Copacabana – o autor ressalta aspectos de divergência e conflito em função dos valores e interesses diversos entre os atores sociais envolvidos. Para Velho, as políticas públicas de patrimônio não podem ser separadas da “heterogeneidade e complexidade” da vida em sociedade. Assim, o desafio colocado é saber lidar com a memória social e com o Patrimônio Cultural para fins de políticas de valorizações, classificações, registros e tombamentos.

Nesses termos, para a aplicação dessas políticas problematizadas por Velho, além de estar atento para a negociação da realidade, faz-se necessária uma definição da noção de Referência Cultural. Tal referência não pode ser pensada como uma forma definitiva e imóvel para o grupo social que o criou ou recria.

O termo “Referência Cultural” vem sendo usado especialmente em trabalhos que privilegiam uma concepção antropológica de cultura e que destacam a “diversidade dos sentidos e valores

atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais”. Nesse caso, quando se fala em “referência cultural”, fala-se em representações e práticas que dão molde a identidade de um grupo ou região. (IPHAN, 2000).

Assim, o conceito de Referência Cultural é a solução conceitual para se “selecionar” os Bens de Referência, além de oferecer suporte e condições à sua legitimidade. Vejamos o que Londres (2000) esclarece a respeito do conceito e da sistemática:

Quando se fala em ‘referências culturais’, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu ‘peso’ material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas conseqüências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional, etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de ‘patrimônios culturais’, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. relativizando o critério do saber, chamava-se a atenção para o papel do poder.
(LONDRES, *apud* CASTELLS, 2007, p. 11-12).

Tomando como ponto de partida as palavras de Londres, podemos inferir que a Referência Cultural é um significado compartilhado pelo grupo, resultante de um processo que atribuiu valores e marcos que os identificam como tal. Desse modo, uma Referência Cultural não é um objeto ou algo de valor material, portanto, apreender tais referências, não é sinônimo de armazenamento de bens e informações.

Segundo Abreu (2005), o dinamismo do Patrimônio 5 faz nascer a necessidade de se seguir critérios que nos possibilitem escolher o que será preservado, já que ao delegarmos um “selo oficial de reconhecimento para os chamados ‘bens culturais de referência imaterial’, acabamos caindo na idéia de seleção, em que elegemos um acervo digno de ser memorizado” em detrimento de outros “bens culturais que devem ser relegados ao esquecimento” em um país composto de inúmeros grupos que produzem manifestações culturais de igual valor.

Em seu texto, Abreu levanta algumas questões difíceis enfrentadas pelos antropólogos e outros profissionais das Ciências Sociais à frente de agências governamentais, conselhos e pesquisas que tratam da “eleição” de bens de referência.

Como patrimonializar as diferenças sem trair o próprio conceito de diferença? Como trabalhar com a diferença sem traduzi-la em hierarquizações e etnocentrismos? Como lidar com nossos próprios valores e gostos, quando nos é dado o “poder” de certificá-los em detrimento de outros? Será que não estaríamos correndo o risco de engessar as manifestações culturais usando como base a imagem cristalizada do registro?

Certamente as questões postas por Abreu não são fáceis de serem respondidas, no entanto devem servir minimamente como instrumento de reflexão para todos os profissionais, cientistas sociais, antropólogos e afins, que venham a se aventurar no campo do Patrimônio.

Referências:

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. In: **Sociedade e Cultura. Revista de pesquisas e debates em Ciências Sociais**. Universidade Federal de Goiás. Vol.8, Nº 2, 2005.

CASTELLS, Alicia N. G. Políticas de patrimônio: entre a exclusão e o direito à cidadania In: **Revista O Público e o privado, do Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará**. No. 10, Julho/Dezembro 2007.

----- Registro do patrimônio Imaterial, Inclusão Social pela porta da Cultura. **Diálogos transversais**. PPGAS-UFSC, 2007.

Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 04/11/2007.

Decreto presidencial Nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3551.htm>. Acesso em: 21/01/2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônios. In **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, 2005.

Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

Lima, Claudia M. de Assis Rocha. **Revista História do Folclore** - Edição Especial. Raízes Brasileiras/Mart Shopping, 1997.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Ribeirão da Ilha – Vida e Retratos: Um Distrito em Destaque**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Apr. 2006, Vol.12, No.1, p.237-248.

Notas:

¹ Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 04/11/2007.

² Decreto Nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3551.htm>. Acesso em: 21/01/2010

³ Segundo Lima, dava-se o nome de entrudo aos jogos realizados nos três dias que antecediam à quaresma, acredita-se que ele chegou ao Brasil com os costumes portugueses. Sua origem etimológica vem do latim *introitus* que significa introdução. (LIMA, 1997, pg 30.)

⁴ A metodologia adotada pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais prevê três etapas:

1. Levantamento Preliminar
2. Identificação
3. Documentação

O levantamento preliminar é a primeira etapa para a realização do INRC, esse momento consiste basicamente na tomada de decisão a respeito da delimitação do sítio a ser inventariado. É o primeiro contato dos pesquisadores com o campo onde acontecerá a pesquisa. Ao final do levantamento a equipe tem como resultado um apanhado de informações - obtidas por meio de observações, entrevistas com moradores da localidade e revisões bibliográficas - a respeito da realidade local e dos bens passíveis de identificação.

Na etapa de identificação, a equipe volta a campo pautada nos materiais colhidos no levantamento preliminar, nesse momento o objetivo é listar, selecionar e descrever, as manifestações indicadas como referências culturais para os grupos que vivem no local.

E na etapa final de documentação ocorre o registro sobre todo o trabalho desenvolvido, por meio de estudos técnicos de natureza etnográfica ou artística (fotos, vídeos, desenhos). A finalização do trabalho inclui a recomendação de medidas que possam ser tomadas em relação aos bens inventariados tais como: tombamentos e estudos aprofundados, assim como a produção de materiais e/ou atividades voltadas para as comunidades que fizeram parte do processo do INRC e para o público em geral.

⁵ Para Abreu (2005), “os bens de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação”, que não comporta conceitos usados para bens de referência do patrimônio material como “intervenção, restauração e conservação”.